



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 013/2015/TJPA
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2015/TJPA

Aos 23 dias do mês de julho de 2015, o Estado do Pará, por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado TJPA, por seu Secretário de Administração, ANIBAL CORREA PINHEIRO, brasileiro, servidor público, RG nº. 1562404 PC/PA, CPF/MF nº. 391.715.662-87, designado pela Portaria nº. 470/2015-GP, publicada no Diário de Justiça de 03 de fevereiro de 2015, residente e domiciliado nesta cidade de Belém, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; do Decreto Estadual nº. 876, de 29 de outubro de 2013; da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1993 (Código de Defesa do Consumidor); e pelas demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº. 018/TJPA/2015 (processo nº PA-PRO-2015/00313) para o Registro de Preços nº 013/2015/TJPA, conforme homologação da Secretaria de Administração deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 25 de julho de 2015, registram-se os preços oferecidos pela empresa **DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.857.433/0001-07, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Pucuruí, nº. 61, 2º andar, Bloco 02, Bairro Tamboré, CEP: 06460-100, telefone: (11) 4689-6424 / 4191-6606, e-mail: licitacoes.safety.br@draeger.com, doravante denominada **EMPRESA**, neste ato representada por **MARCIO MAZON**, portador do RG nº. 36834779-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 171.530.628-74 e por **AMANDA ROCUMBACK HESSEL**, portadora do RG nº. 43872095-4 SSP/SP, e inscrita no CPF/MF nº. 312.383.398-40, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar para o item 02o certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente ata é o Registro de preços para eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's para uso de 83 servidores, estagiários e demais colaboradores afetos ao Departamento de Documentação e Informação e aos Arquivos da Comarca de Ananindeua e Santarém que trabalham com o manuseio de documentos antigos e/ou contaminados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital, parte integrante desta ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

Esta ata de registro de preços é documento vinculativo obrigacional e seu prazo de validade não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contado da publicação na Imprensa Oficial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Durante o prazo de validade desta ata, o TJPA não estará obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à EMPRESA, sendo, entretanto, lhe assegurado a preferência de contratação em igualdade de condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A partir da assinatura da presente ata, a EMPRESA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência,





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A retirada da nota de empenho será a caracterização do compromisso de efetuar a entrega do objeto da presente ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

Os preços ofertados pela EMPRESA constam de sua proposta, parte integrante desta ata e de acordo com a tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
2	Respirador descartável para proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras e névoas, tipo semifacial filtrante, modelo dobrável, confeccionada com manta sintética de não tecido com tratamento eletrostático, dotada de válvula de exalação, para maior conforto respiratório, com clips de alumínio para moldar de acordo com o septo nasal do usuário e com elásticos para fixação e ajuste à cabeça. Tamanho padrão	20.000 unid.	1,04	20.800,00

PARÁGRAFO ÚNICO – Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos fornecimentos ou bens registrados, cabendo ao TJPA promover as negociações junto a EMPRESA, observadas as disposições contidas na alínea “d”, do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPA convocará a EMPRESA para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se a EMPRESA não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ordem de classificação das empresas que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e a EMPRESA não puder cumprir o compromisso, o TJPA poderá:

I- Liberar a EMPRESA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

II- Convocar as demais empresas para assegurar igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUINTO – Não havendo êxito nas negociações, o TJPA deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SEXTO – O registro da EMPRESA será cancelado quando:

I- Descumprir as condições da ata de registro de preços;

II- Não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pelo TJPA, sem justificativa aceitável;

III- Não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticado no mercado; ou

IV- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do parágrafo anterior será formalizado por despacho do TJPA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO OITAVO – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I- Por razão de interesse público; ou

II- A pedido da EMPRESA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da apresentação da respectiva nota fiscal, e desde que cumpridos todos os critérios estabelecidos no termo de referência (Anexo I) e estando devidamente atestada a nota.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será feito através de boleto bancário ou crédito em conta corrente mantida pela EMPRESA no BANCO DO BRASIL, agência nº. 3348-0, conta corrente nº. 5153-5, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura emitida pela mesma em correspondência aos bens fornecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a EMPRESA der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO QUARTO – O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela EMPRESA, nos termos desta ata.

PARÁGRAFO QUINTO – Nenhum pagamento isentará a EMPRESA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do material/equipamento.

PARÁGRAFO SEXTO – Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

PARÁGRAFO SÉTIMO – No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a EMPRESA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

São obrigações da EMPRESA além das previstas nesta ata de registro de preços, a seguir especificadas, as demais previstas no edital e no termo de referência:

I- Executar fielmente o objeto da presente ata de registro de preços, obedecendo rigorosamente às exigências e especificações contidas no termo de referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta ata.

II- Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo TJPA.

III- Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a vigência da ata e fornecimento dos produtos;

IV- Manter durante a vigência da ata de registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital convocatório apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

V- Acatar todas as exigências do TJPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VI- Atender às especificações contidas nesta ata de registro de preços, no edital convocatório, no termo de referência e na sua proposta, aos quais a EMPRESA fica vinculada.

VII- Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sujeitando-se às penas e às multas estabelecidas no edital e nesta ata, além da aplicação daquelas previstas na Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízos das demais.

VIII- Assumir, por sua conta exclusiva, todos os custos e encargos resultantes da execução do objeto desta ata de registro de preços, inclusive impostos, taxas, fretes, emolumentos e suas majorações, incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto registrado.

IX- Em nenhuma hipótese poderá a EMPRESA veicular publicidade acerca do objeto da presente ata de registro de preços.

X- A EMPRESA se sujeita às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078/1990.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

XI- A EMPRESA não poderá possuir em seu quadro de sócios e empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de desembargadores e juizes vinculados ao TJPA, bem como de ocupantes de cargos de direção e assessoramento, conforme art. 3º da Resolução nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

XII- Cumprir as demais obrigações constantes do termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO TJPA

São obrigações do TJPA, além das demais previstas nesta ata de registro de preços e nos anexos que integram e complementam o edital convocatório:

I- Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas na forma e prazo estabelecidos.

II- Observar para que, durante a vigência da ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

III- Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

IV- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da EMPRESA.

V- Comunicar à EMPRESA quaisquer irregularidades no fornecimento objeto desta ata, objetivando a imediata reparação.

VI- Atestar a entrega e a aceitação dos produtos, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência, por meio de notificação à detentora do preço registrado.

VII- Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio os defeitos detectados nos fornecimentos e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam correção por parte da EMPRESA.

VIII- Cumprir as demais obrigações constantes do edital e do termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

A entrega do material será acompanhada e fiscalizada por um servidor formalmente designado pelo Departamento de Documentação e Informação do Tribunal de Justiça, doravante denominado FISCAL, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O TJPA promoverá o acompanhamento e fiscalização do objeto desta ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização pelo TJPA não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA por quaisquer irregularidades na entrega do objeto, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no edital, nesta ata de registro de preços e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/1993, garantido o direito à ampla e prévia defesa, a EMPRESA que:

a) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, não retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata;
- e) Não manter a proposta, injustificadamente;
- f) Falhar ou fraudar na execução do objeto desta ata;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Pelo atraso na entrega, pela inexecução total ou parcial do objeto desta ata de registro de preços, pelo não atendimento às especificações contidas no termo de referência (Anexo I), e descumprimento de qualquer obrigação prevista no edital, nesta ata e nos instrumentos afins, o TJPA poderá aplicar à EMPRESA as seguintes sanções, além das previstas no *caput* desta cláusula, garantida a ampla e prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa, nos termos descritos no parágrafo quarto;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As sanções previstas no *caput* desta cláusula e nas alíneas *a* e *c* do parágrafo primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea *b* do parágrafo primeiro, facultada a defesa prévia da EMPRESA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a EMPRESA foi oficialmente comunicada, salvo para a sanção estabelecida na alínea *c* do parágrafo primeiro, cuja defesa deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contado da abertura de vista.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a EMPRESA descumprir qualquer obrigação, e será expedida pela Presidência do TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à EMPRESA pelo atraso injustificado na entrega do objeto, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado desde o primeiro dia de atraso sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta ata, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas *a* e *b* deste subitem;
- d) Até 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada da adjudicatária em assinar a ata de registro de preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total de entrega do pedido, ou rescisão da nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; sem prejuízo da aplicação do disposto nas alíneas *a*, *b* e *c* deste subitem.
- e) Até 20% (vinte por cento) sobre o valor da ata, pelo descumprimento de qualquer cláusula desta ata, exceto prazo de execução e casos previstos nas alíneas anteriores.

PARÁGRAFO QUINTO – A multa será formalizada por termo de aplicação de penalidade e será executada após regular processo administrativo, garantida à EMPRESA o direito de defesa prévia, no





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos §§2º e 3º do art. 86 da Lei nº. 8.666/1993, na seguinte ordem:

a) Mediante desconto no valor das parcelas devidas à EMPRESA; e

b) Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

PARÁGRAFO SEXTO – Se preferir, poderá a EMPRESA efetuar o pagamento ou autorizar expressamente o desconto do valor da multa aplicada dos pagamentos pendentes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega do objeto, se dia de expediente normal no TJPA, ou no primeiro dia útil seguinte.

PARÁGRAFO OITAVO – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 05 (cinco) dias.

PARÁGRAFO NONO – O TJPA poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

a) Para fins de aplicação deste parágrafo, será considerado irrisório valor igual ou inferior a 2% (dois por cento) do previsto no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993.

b) Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

c) Para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da EMPRESA nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

d) Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e a ata de registro de preços poderão ser rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que deverá ser penalizado na forma da alínea b do parágrafo quarto.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A sanção pecuniária prevista na alínea e do parágrafo quarto não se aplica nas hipóteses de rescisão que não ensejam penalidades.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A sanção de impedimento prevista no *caput* desta cláusula será aplicada de acordo com os prazos a seguir:

a) Por até 01 (um) ano, quando a licitante vencedora convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização (*caput*, alínea a); deixar de entregar a documentação exigida para o certame (*caput*, alínea b); ou não mantiver sua proposta, injustificadamente (*caput*, alínea e);

b) De 01 (um) a 02 (dois) anos, quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata de registro de preços, devendo ser considerados os prejuízos causados à Administração (*caput*, alínea d);

c) De até 02 (dois) anos, quando a EMPRESA falhar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea f);

d) De até 05 (cinco) anos, quando a EMPRESA apresentar documento falso ou fizer declaração falsa (*caput*, alínea c); fraudar na execução do objeto desta ata de registro de preços





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

(*caput*, alínea *f*); comportar-se de modo inidôneo (*caput*, alínea *g*); ou cometer fraude fiscal (*caput*, alínea *h*).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a EMPRESA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de impedimento aplicada.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A declaração de inidoneidade, sua extinção e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/1993.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Assegurado o direito à ampla e prévia defesa e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e obrigatoriamente registrada no SICAF devendo constar:

- a) A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- b) O prazo do impedimento para licitar e contratar ou da declaração de inidoneidade;
- c) O fundamento legal da sanção aplicada;

d) O nome ou a razão social da empresa punida, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CPF/CNPJ).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – As sanções serão aplicadas pela Presidência do TJPA, à vista dos motivos informados na instrução processual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – É facultado à EMPRESA interpor recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento (suspensão temporária) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Da declaração de inidoneidade aplicada caberá pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a penalidade, que deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade autárquica e fundacional que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do TJPA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As demais entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata, deverão consultar o TJPA para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá à EMPRESA, beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o TJPA.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As contratações adicionais a que se refere esta cláusula não poderão exceder a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos fornecimentos registrados nesta ata para o TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – O quantitativo decorrente das adesões a esta ata não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata para o TJPA, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUINTO – O TJPA somente poderá autorizar a adesão a esta ata após a primeira contratação solicitada em 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

PARÁGRAFO SEXTO – Após autorização do TJPA, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ata.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela EMPRESA das obrigações assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJPA.

PARÁGRAFO OITAVO – É facultada aos órgãos e entidades municipais, distritais ou de outros Estados a adesão a esta ata, devendo-se dar prioridade aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO

O TJPA será o órgão responsável pelos atos de controle e administração desta ata de registro de preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, as empresas para os quais serão emitidos os pedidos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O gerenciamento das obrigações contratuais objeto desta ata será efetuado pela Comissão de Registro de Preços do TJPA, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TJPA, toda e qualquer ação de orientação geral e acompanhamento na execução do fornecimento objeto da presente ata.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A convocação das empresas pelo TJPA será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A EMPRESA convocada na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho e a ordem de autorização, ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata de registro de preços, estará sujeita às sanções previstas no edital e neste instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o TJPA poderá indicar a próxima EMPRESA a ser destinado o pedido, na ordem de classificação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para execução do objeto da presente ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9

Departamento
de
Gestão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

Será incluído nesta ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os preços iguais aos da licitante vencedora na ordem de classificação do certame.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A condição estabelecida no *caput* desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Integram esta ata: o edital do Pregão Eletrônico nº 018/TJPA/2015, o termo de referência e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no supracitado certame.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo para assinatura desta ata será de até 10 (dez) dias, contados a partir da data de homologação da licitação pelo Secretário de Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 876/2013, da Lei nº. 8.078/1993 e da Portaria nº. 5.132/2013 do Gabinete da Presidência do TJPA.

PARÁGRAFO QUARTO – O resumo da ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Belém, 23 de julho de 2015.


ANÍBAL CORRÊA PINHEIRO
Secretário de Administração



MARCIO MAZON
Marcio Mazon
Diretor de Mkt e Vendas
RG: 36.834.779-5 SSP/SP
CPF: 171.530.628-74


DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE
SEGURANÇA LTDA


AMANDA ROCUMBACK HESSEL
Amanda Rocumback Hessel
Administradora
RG: 43.872.550-5 SSP/SP
CPF: 312.383.398-40

DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE
SEGURANÇA LTDA

Testemunhas:


CPF: 888003342-53


CPF: 004.054.412-58





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

ANEXO ÚNICO - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's para uso de 83 servidores, estagiários e demais colaboradores afetos ao Departamento de Documentação e Informação e aos Arquivos da Comarca de Ananindeua e Santarém que trabalham com o manuseio de documentos antigos e/ou contaminados.


2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os órgãos públicos são corresponsáveis pela saúde e segurança de seus funcionários, principalmente, nos casos em que há riscos iminentes de contrair doenças em decorrência da contaminação por agentes nocivos à saúde como poeira, fungos e mofo. Entre as diferentes medidas de proteção a esse tipo de trabalho, estão os equipamentos de proteção individual – EPI's, que ajudam a amenizar os riscos.

Os EPI's estão regulamentados na NR06, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Portaria Nº3.241 e considera Equipamento de Proteção Individual todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e saúde no trabalho.

Nos Setores onde serão utilizados os EPI's, são desenvolvidos trabalhos em que há uma maior exposição ao risco de contrair doenças como manifestações alérgicas, problemas dermatológicos e respiratórios, pois, exige o manuseio frequente de documentos antigos, de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos. Outra atividade desenvolvida nestes setores é a conservação preventiva (higienização) de documentos danificados por sujidades, mofo, má conservação etc. Que torna imperiosa a proteção de quem executa tais atividades.

ESPECIFICAÇÕES DOS BENS

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE REGISTRADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Óculos de proteção facial em acrílico transparente com armação flexível, testeira em material plástico resistente e ventilação lateral protegida. Tamanho padrão. 	170 unid.	R\$3,37	R\$572,05







PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

2	<p>Respirador descartável para proteção das vias respiratórias do usuário contra poeiras e névoas, tipo semifacial filtrante, modelo dobrável, confeccionada com manta sintética de não tecido com tratamento eletrostático, dotada de válvula de exalação, para maior conforto respiratório, com clips de alumínio para moldar de acordo com o septo nasal do usuário e com elásticos para fixação e ajuste à cabeça. Tamanho padrão.</p> 	20.000 unid.	R\$1,81	R\$ 36.100,00
3	<p>Touca descartável para proteção dos cabelos e couro cabeludo, em formato de circunferência, sanfonada confeccionada em TNT e com fechamento com elástico. Tamanho padrão.</p> 	20.000 unid.	R\$0,08	R\$ 1.593,00
4	<p>Luvas 100% algodão antialérgico, tricotada, sem costuras, pigmentada com pvc na palma, punho com elástico. Tamanho único.</p> 	4.000 pares.	R\$2,56	R\$ 10.240,00





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

5	<p>Avental 100% algodão grosso, 01 bolso frontal pintado com o brasão judiciário. Dividido em quantidades iguais nos tamanhos P, M e G. Cor: Azul royal.</p> 	90 unid.	R\$44,80	R\$ 4.002,75
6	<p>Jalecos 100% algodão grosso, colarinho, manga longa, com punho ribana dupla, cinto traseiro, costura reforçada, abertura frontal com botões embutidos de plástico, três bolsos frontais (dois inferiores e um superior). Bolso superior pintado com brasão do judiciário. Dividido em quantidades iguais nos tamanhos PP, P, M, G e GG. Cor azul royal.</p> 	200 unid.	R\$64,90	R\$ 12.980,00
TOTAL				R\$ 65.487,80

3. DA PROPOSTA

3.1. No preço apresentado pela empresa deverão estar incluídos todos os tributos, seguros, fretes, tarifas e encargos decorrentes da execução do contrato PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA.

4. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU ENTREGA

4.1. A entrega dos produtos não poderá exceder a 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho;

4.2. Os EPI's deverão ser entregues no Almoxarifado Central do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sito à Rodovia Augusto Montenegro, km 4 – Parque Verde, Belém-PA, no horário de 08:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira;

4.3. O recebimento do material pela FISCALIZAÇÃO se dará em duas etapas:

1. Em caráter provisório, no ato da entrega, quando será feita a conferência da quantidade do material entregue (esta em sentido da aparência da embalagem) e;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

2. Definitivamente, com a aceitação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, mediante análise específica que comprove sua conformidade com os padrões estabelecidos no presente Termo de Referência.

3. Na hipótese de ser verificada a impropriedade do material no ato da entrega ou apresentarem alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades que comprometam a qualidade do produto, ele será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder à substituição no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo-lhe, ainda, concedido o mesmo prazo para retirada do material ou parte do que foi rejeitado, arcando com todas as despesas decorrentes deste processo.

5. DIREITO E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. São direitos do Órgão:

1. Receber o objeto licitado de acordo com o que consta neste instrumento, no edital e nos seus anexos;

5.2. São encargos do Órgão:

1. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente ao produto solicitado;

2. Efetuar o pagamento referente à quantidade efetivamente entregue, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da atestação da respectiva nota fiscal do material entregue;

3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições ou falhas no material entregue, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

4. Receber o produto final no local e horário constante no item 5.2;

5. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;

6. Verificar a regularidade da Contratada perante o FGTS, Secretaria da Receita Federal e INSS;

7. Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da Ata de Registro de Preços, através do Departamento de Documentação e Informação - DDI.

8. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a contratada possa fornecer os produtos dentro das especificações exigidas neste termo de referência.

9. 9.9 Aplicar à contratada as sanções cabíveis.

6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1. São direitos do CONTRATADO:

1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas no Contrato;

2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;

3. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

6.2. São encargos do CONTRATADO:

1. Fornecer o material conforme as especificações constantes do ato convocatório e registrados neste Termo de Referência;

2. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, atualizando os documentos sempre que vencidos os prazos de validade;





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

3. Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;
4. Comunicar à Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a fase de fornecimento do produto
5. Aceitar os acréscimos nos quantitativos estimados, nos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
6. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Órgão e/ou terceiros, provocados por irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
7. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas que incidam sobre os ajustes decorrentes;
8. Pagar pontualmente os fornecedores e as obrigações fiscais relativos ao material fornecido, exonerando o ÓRGÃO de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
9. Acatar as exigências do Termo de Referência e editalícias, sujeitando-se à fiscalização da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
10. Cumprir as demais obrigações exigidas neste Termo de Referência.

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O TJPB realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do material e da apresentação do documento fiscal correspondente.
- 7.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.
- 7.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 7.4. O descumprimento, pela contratada, do estabelecido no parágrafo anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- 7.5. O TJPB, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste termo de referência.
- 7.6. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo TJPB encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 7.7. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

8. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

- 8.1. A entrega do material será acompanhada e fiscalizada por um servidor formalmente designado pelo Departamento de Documentação e Informação do Tribunal de Justiça, doravante denominado FISCAL, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar a execução contratual.

9. PENALIDADES

10. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Coordenadoria de Convênios e Contratos

11.1 Pela inexecução total ou parcial e pelo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste termo de referência serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório e na ata de registro de preços.

11. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

11.1. O TJPA promoverá o acompanhamento e fiscalização do material e da prestação dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

11.2. Para o acompanhamento e a fiscalização da contratação será designado servidor do Tribunal, e, no caso de afastamentos e impedimentos deste, a responsabilidade será daquele que o estiver substituindo, ou de outro designado pela Secretaria de Administração.

11.3. A fiscalização pelo TJPA não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor por quaisquer irregularidades na entrega do material ou na prestação dos serviços, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1. O critério de julgamento será considerado o de **menor valor por item**, por representar a melhor forma de contratação deste objeto, sem haver prejuízo ao princípio da competitividade.

Belém, 24 de fevereiro de 2014.

Pollyanna Pires

Diretora do Departamento de Documentação e Informação


Marcio Mazon
Diretor de Marketing e Vendas
CPF 171.530.628-74


Amanda Rocumbach Hessel
Administradora
RG: 43.872.550-5 SSP/SP
CPF: 312.383.398-40



ERRATA

PORTARIA 1144/15- DPG DE 08/07/15.

Nome: VERENA MAUES FIDALGO BARROS, matrícula n.º 55589062

Onde se lê: A contar de 31 de dezembro de 2015,

Leia-se: Até 31 de dezembro de 2015, DOE Nº 32.927 DE 14/7/15

Protocolo 855903

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

Extrato de Contrato. Nº 045/2015 - TJPA// Partes: TJPA e empresa LABORATÓRIO CITOCINOLÓGICO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.692316/0001-80// Objeto: contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais, para comprovação de paternidade e maternidade pela análise de DNA, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência anexo deste instrumento. // Origem: Termo de Dispensa de Licitação nº. 008/2015, fundamentado no art. 24, inciso IV c/c o art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93, conforme Processo SIGA-DOC PA-PRO-2015/01094.// Valor do Contrato: R\$ 277.050,00 (estimado)// Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 02.061.1332.6820; Natureza de Despesa 339039; Fonte de Recurso 0118; Plano Interno:46822C// Vigência: 27/07/2015 a 10/11/2015// Data da assinatura:24/07/2015// Foro: Belém/PA// Responsável pela assinatura: Aníbal Corrêa Pinheiro - Secretário de Administração // Ordenador responsável: Maria de Nazaré Rendeiro Saleme - Secretária de Planejamento

Protocolo 856011

DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2015 - TJPA// O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado por seu Secretário de Administração, no uso de suas atribuições, resolve homologar em favor da empresa LABORATÓRIO CITOCINOLÓGICO LTDA - EPP, CNPJ nº. 03.692316/0001-80, a Dispensa de Licitação fundamentada no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores visando a contratação de empresa para realização de exames laboratoriais, para comprovação de paternidade e maternidade pela análise de DNA, conforme o processo PA-PRO 2015/01094.// Belém, 16 de julho de 2015// Secretário de Administração - Aníbal Corrêa Pinheiro// Ratificação - Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em cumprimento ao artigo 26 da Lei nº 8.666/93, ratifica a Dispensa de Licitação acima referida Belém, 15/07/2015.

Protocolo 855998

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 013/2015/TJPA

Pregão Eletrônico nº. 018/TJPA/2015// Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's para uso de 83 servidores, estagiários e demais colaboradores afetos ao Departamento de Documentação e Informação e aos Arquivos da Comarca de Ananindeua e Santarém// Empresas: DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.857.433/0001-07, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Pucurui, nº. 61, 2º andar, Bloco 02, Bairro Tamboré, CEP: 06460-100, telefone: (11) 4689-6424 / 4191-6606, e-mail: licitacoes.safety.br@draeger.com// L CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 20.991-432/0001-19, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, à Passagem São Pedro, nº. 06, sala 01, Bairro Marco, CEP: 66095-720, telefone: (91) 3086-8668, 98126-6184, e-mail: cotacaobelem@gmail.com// MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ/MF

sob o nº. 18.274.923/0001-05, com sede na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, à Avenida Angelo Caleffi, nº. 201, Bairro Centro, telefone: (54) 3523-2014, e-mail: vendasmastersul@hotmail.com// RRS CONFECÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.494.937/0001-84, com sede na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, à Rua Jardim Brasil II, nº. 69, Bairro Levlândia, CEP: 67015-660, telefone: (91) 3246-6687 / 3236-2044, e-mail: rrsitda@hotmail.com, lnonbel@inconbelunifomes.com.br// Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 0206113357508 // Natureza da Despesa: 339030; Fonte de Recursos: 0118// Data da assinatura: 23/07/2015// Responsável pela assinatura: Aníbal Corrêa Pinheiro - Secretário de Administração// Ordenador Responsável: Maria de Nazaré Rendeiro Saleme.

Protocolo 855967

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO PARÁ

EDITAL DE CITAÇÃO 719/2015

PUBLICAÇÕES: 15/07, 20/07 e 24/07/2015.

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 719/2015/2ª CONTROLADORIA/
TCM

(PROCESSO Nº 1130042008-00)

De Citação com prazo de 30 (trinta) dias, ao Senhor João de Castro Barreto.

O Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios no uso de suas atribuições e com base no art. 67, inciso VII do Ato nº 16/2013 - Regimento Interno do TCM, cita através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor João de Castro Barreto, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde de Eldorado dos Carajás, no exercício financeiro de 2008, para que no prazo de 30 (trinta) dias, contados da 3ª publicação, apresente defesa nos autos do Processo nº 1130042008-00, referente à prestação de contas daquele Fundo, no referido exercício, sob pena de revelia.

Belém, 15 de julho de 2015.

Conselheiro Cezar Colares - Relator/2ª Controladoria/TCM

Protocolo 852322

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
ERRATA DE INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO
NOTA DE EMPENHO Nº: 2015NE01455

Contratada: Empresa COMERCIAL AVANT COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA.

Nº Publicação DOE: 32933 de 22/07/2015

Onde se lê: Inexigibilidade nº 18/2014. Leia-se: Pregão Presencial nº 18/2014

Ordenador Responsável: Luis da Cunha Teixeira

Protocolo 856034

PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO
PARÁ, EM SESSÃO DO DIA 09 DE JUNHO DE 2015,
TOMOU AS SEGUINTE DECISÕES:

ACÓRDÃO Nº. 54.802

PROCESSO Nº. 2014/50939-6

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 022/2008 firmado entre a INSTITUIÇÃO MISSIONÁRIAS DE SANTA TEREZINHA e a FCG.

Responsável: Irmã MARIA DA ASCENÇÃO LEMOS DA SILVA - Presidente.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas de responsabilidade da Sr.ª MARIA DA ASCENÇÃO LEMOS DA SILVA, na importância de R\$4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) e dar-lhe plena quitação.

ACÓRDÃO Nº. 54.803

PROCESSO Nº. 2013/50832-1

Assunto: Contratação de Servidores Temporários

Requerente: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso I, e 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1. Registrar os atos de ADMISSÃO DE SERVIDORES temporários firmados entre a AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - LUDMILHA DIAS DE SOUZA, PAULO HENRIQUE VIEIRA DE SÁ GOMES, CLEIS ANTÔNIO JUSTINO DA SILVA, LUCINEIA ALVES DA SILVA OLIVEIRA, ELIANNE LOPES DA SILVA, JACIELLY VIANA CORREIA, EDEVALDO SOUZA SILVA, ADÉLIO DOS SANTOS DE SOUSA, ISMAELKA QUEIROZ TAVARES, MARILIA LUCAS DE SALES, ONOFRE MESSIAS SILVA, WALTER HERODES DE OLIVEIRA JÚNIOR, EDVAN RODRIGUES DA SILVA e CÉLIO MENDES PEREIRA;

2. Determinar à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará que cumpra o prazo previsto no § 5º do art. 28 da Constituição Estadual.

ACÓRDÃO Nº. 54.804

PROCESSO Nº. 2013/52825-0

Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES TEMPORÁRIOS

Requerente: AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1. Registrar os contratos de servidores temporários firmados entre a AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ACRÍSIO DE MELO E SILVA, ALÁLTON GOMES BARROS e JOELSON PEDROSO QUEIROZ;

2. Determinar a cientificação do titular da ADEPARÁ para que cumpra as recomendações do Ministério Público de Contas, bem como o prazo previsto no § 5º do art. 28 da Constituição Estadual.

ACÓRDÃO Nº. 54.805

PROCESSO Nº. 2006/50808-1

Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº 012/2005, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA SANTA e a SESP.

Responsável: ADALBERTO CAVALCANTE ANEQUINO - Prefeito, à época.

Advogada: PRISCILA KOHLER DELFIN - OAB n.º

Relator: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, por maioria, contra o voto do Conselheiro Luis da Cunha Teixeira (Presidente) e nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, "c", c/c com art. 83, incisos I e VI, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas de responsabilidade do Sr. ADALBERTO CAVALCANTE ANEQUINO (CPF: 105.244.012-68), na importância de R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), sem importar em devolução de valores;

2) Aplicar-lhe as multas de R\$766,00 (setecentos e sessenta e seis reais), pela irregularidade apontada, e R\$766,00 (setecentos e sessenta e seis reais), pelo não